



BRASILIANAS

William França | brasilianas.cm@gmail.com



Imagem: Pictocom

STF conclui processo e Rollemberg assumirá mandato na Câmara Federal

Após quase um ano desde que começou a analisar o processo, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou ontem (14) o acórdão do julgamento sobre as chamadas sobras eleitorais, que havia sido concluído no dia 13 de março. Sete deputados federais deverão perder o mandato para dar lugar a outros candidatos que se enquadram na decisão do STF.

Aqui no Distrito Federal, sai Gilvan Máximo (Republicanos) e assume o ex-governador Rodrigo Rollemberg (PSB).

A partir da publicação de ontem, agora deve ser cumprido um ritual que inclui comunicação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), para que eles refaçam a totalização das eleições de 2022, e possam assim diplomar os candidatos eleitos (dentro das novas regras). A partir daí, os deputados solicitam à Câmara para tomarem posse.

“Estivemos semana passada com o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos), e pedimos a ele que não protelasse a posse dos deputados que conquistaram seus mandatos. Cada dia a mais é um dia a menos do mandato, é tempo perdido”, afirmou Rollemberg à “Brasilianas”. A expectativa é que a posse se dê até o começo de junho.

Após ações de três partidos que questionavam as ‘sobras eleitorais’, o Supremo Tribunal Federal publicou ontem acórdão que encerra o processo



Rodrigo Rollemberg (PSB), que assumirá a vaga



Gilvan Máximo (Rep), que deixará a Câmara Federal

Expectativas e balanço
Desde 2023, Rollemberg exerce o cargo de secretário de Economia Verde, Descarbonização e Bioindústria do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). “No meu mandato, vou continuar o trabalho que iniciei no Governo Federal, levando adiante os projetos que tratam da Política Nacional de Bioeconomia e o que regulamenta a chamada economia circular. É a agenda verde”, afirmou.
Para 2026, está nos planos de Rodrigo Rollemberg a buscar a re-

novação do mandato para deputado federal. “Vou aproveitar a volta ao Parlamento para me reaproximar das bases, das cidades do DF. Por conta da minha atual função, viajei bastante e fiquei fora de Brasília por muito tempo. Hora de reconectar”. Para o GDF, ele afirma que irá apoiar o candidato do seu partido, Ricardo Capelli.
“Brasilianas” solicitou à assessoria de imprensa do deputado Gilvan Máximo, no início da tarde de ontem, um posicionamento dele sobre a decisão do STF e um balanço da atuação dele neste

mandato como um dos oito representantes do DF na Câmara dos Deputados. Também solicitou informações sobre os planos políticos futuros dele.
Até o fechamento desta edição, não houve resposta.

Para entender o caso

A pedido dos partidos Rede, PSB e Podemos, que impetraram as ações diretas de inconstitucionalidade, o STF reviu a legislação e concluiu que a participação de todos os partidos políticos na divisão das sobras eleitorais — e não só dos que atingiram a cláusula de desempenho — valeria a partir das eleições de 2022.
Em 2024, o STF já havia invalidado a regra do Código Eleitoral que restringia a segunda etapa de distribuição das sobras eleitorais aos partidos que atingissem 80% do quociente eleitoral e aos candidatos que atingissem 20%. Com essa decisão, todos os partidos passaram a poder participar do rateio.
O Tribunal também invalidou a regra do Código Eleitoral que previa que, caso nenhum partido atingisse o quociente, as vagas seriam preenchidas pelos candidatos mais votados. Por seis votos a cinco, ficou decidido que essas mudanças seriam aplicadas somente a partir das eleições de 2024, sem afetar os resultados de 2022.
A mudança atinge três deputados do Amapá, um de Rondônia e um de Tocantins, além do DF.



Zezé Motta: poetisa, escritora, professora, roteirista, cantora, tradutora, atriz e militante

CCBB recebe o espetáculo ‘Vou fazer de mim um mundo’, com Zezé Motta

O Centro Cultural Banco do Brasil Brasília (CCBB Brasília) traz o espetáculo “Vou fazer de mim um mundo”, o primeiro monólogo da carreira de Zezé Motta, que estreia hoje (15) e celebra 80 anos dessa que é uma das artistas mais aclamadas do país e que inspira gerações de mulheres negras na luta por espaço, expressão e oportunidades. A temporada em Brasília vai até 01 de junho, após segue para o CCBB Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.
O espetáculo é uma adaptação para teatro do livro da Dra. Maya Angelou, o best-seller “Eu sei porque o pássaro canta na gaiola”, lançado em 1969 e que agora chega ao Brasil com dramaturgia e direção de Elissandro de Aquino.
A história que se tornou um clássico é a primeira das sete autobiografias que a autora publicou. Em ‘Pássaro’ Maya apresenta um tocante retrato da comunidade negra dos Estados Unidos durante a segregação dos anos 1930-1940. Nele parece haver um grito silencioso desse pássaro aprisionado que a Dra. Maya Angelou viveu e que a tornou ainda mais forte. Como ela mes-

ma cita “O pássaro engaiolado canta com um trinado amedrontado sobre coisas desconhecidas, mas ainda desejadas...”. Angelou foi múltipla: poetisa, escritora, professora, roteirista, cantora, tradutora, atriz, militante, conviveu com Malcolm X, com James Baldwin, com o pastor Martin Luther King Jr. e se tornou um dos nomes mais aclamados do século 20.
A adaptação e a direção de Aquino abrem possibilidades para evocar a palavra, por vezes cadenciada como uma coreografia, por vezes como uma música, com notas espontâneas e improvisadas. Sempre, contudo, bendita. “Partimos para um projeto bastante intimista, corajoso e potente. A ideia é cruzar duas realidades – a princípio tão distantes – e encontrar um elo entre as experiências humanas que nos atravessam como se não houvesse fronteiras. O projeto se abre em camadas, alternando micro e macro, o que o torna interessante e, ao mesmo tempo, desafiador. Sabemos que ele toca feridas diferentes, pois ora apresenta congruências coletivas, ora invade a nossa casa e expõe as dores mais veladas”, alerta o diretor artístico.

Domingo (25) tem Passeio Ciclístico no Park Way

O Departamento de Trânsito do Distrito Federal vai realizar, na manhã de domingo (25), uma edição especial do Circuito de Passeio de Bike nas RA's em homenagem ao movimento Maio Amarelo. O evento é organizado em parceria com a Administração Regional do Park Way e as inscrições são gratuitas.
A 18ª Etapa do evento terá concentração dos atletas às 7h30 e saída às 9h, em frente à Administração Regional do Park Way. Os kits contendo sacochila e material educa-



A iniciativa do Detran-DF está dentro dos eventos do chamado Maio Amarelo

tivo serão entregues aos ciclistas inscritos no dia do evento, no local da concentração.
Os interessados podem se inscrever a partir de segunda-feira (19), pelo link <https://www.even3.com.br/passeio-parkway2025-566565/>. Vale lembrar que menores de 18 anos só poderão participar do evento acompanhados e com autorização por escrito do pai

ou responsável, além da cópia de um documento de identificação com foto, que será retida pela organização no ato da retirada do kit.
O Passeio de Bike do Detran-DF nas RA's visa estimular a utilização da bicicleta como meio de transporte sustentável, promover a qualidade de vida por meio da atividade física, conscientizar a população sobre os benefícios do uso da bike e destacar o papel ativo do ciclista na construção de um trânsito mais seguro.
Por isso, a equipe de educadores do Detran-DF realizará palestras educativas e haverá manutenção básica de bicicletas no local de concentração, largada e chegada dos atletas. O tema do Maio Amarelo deste ano é “Desacelere. Seu bem maior é a vida”.

Julgamento define fibromialgia

Tribunal discutirá lei que classifica a doença como deficiência física

Por Thamiris de Azevedo

A justiça do Distrito Federal julgará, na próxima terça-feira (20), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), protocolada pelo Governo do Distrito Federal, que questiona a constitucionalidade da Lei Distrital 7.336 de 2023, que reconhece portadores de fibromialgia como pessoas com deficiência.
O deputado distrital João Cardoso (Avante), autor da lei, disse ao Correio da Manhã que a aprovação foi um processo desafiador, mas que, com o respaldo da sociedade civil, o avanço foi obtido. Para ele, a lei garante equidade.
“Entendemos que questionamentos jurídicos fazem

parte do processo democrático, mas confiamos plenamente na constitucionalidade e na relevância social dessa lei. A norma não cria privilégio, mas sim reconhece uma realidade de sofrimento e limitações, permitindo que essas pessoas tenham acesso a políticas públicas já previstas para outras deficiências. É uma medida de equidade”, defende.
Fibromialgia
A vice-presidente da Associação Nacional de Fibromiálgicos e Doenças Correlacionadas, Márcia Caires, explica que a patologia consiste em uma condição crônica que é marcada por intensas dores generalizadas.
“A fibromialgia impõe

diversas dificuldades, uma vez que a dor persistente limita atividades básicas. Isso ocasiona uma exaustão debilitante, sono não reparador, dificuldades de concentração, memória, ansiedade, depressão, e outros sintomas. Esses desafios geram dificuldades sociais que afetam a interação social e laboral do portador”, afirma.
Retrocesso
Para a especialista, a revogação dessa lei representaria um retrocesso não apenas para o Distrito Federal, mas também em nível nacional, indo na contramão do que já foi instituído por 19 estados, e do que está atualmente sendo debatido no Senado Federal.

“Essa proteção legal em grande parte do território nacional demonstra um reconhecimento crescente das condições e implicações na vida dos indivíduos afetados. Revogar uma lei como a do DF, portanto, representaria um isolamento e um enfraquecimento em prol dos direitos e da inclusão das pessoas com fibromialgia”, critica Caires.
Lady Gaga
Muito se falou no cancelamento do show da Lady Gaga no Brasil, em 2017. Mas o que poucos sabem é que a decisão foi tomada após a cantora ter uma crise ocasionada pela sua condição enquanto portadora de fibromialgia.



A fibromialgia provoca dores intensas

Alberto Ruy/Iges-DF